



Duke Energy International Geração Paranapanema S.A

**2ª EMISSÃO DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM
AÇÕES, DA ESPÉCIE COM GARANTIA QUIROGRAFÁRIA, EM SÉRIE
ÚNICA**



Relatório Anual do Agente Fiduciário Exercício 2012

SLW CORRETORA DE VALORES E CÂMBIO LTDA.
SLW SÃO PAULO
DR. RENATO PAES DE BARROS 717 | 6º E 10º ANDAR
04530-001 | ITAIM BIBI | SÃO PAULO | SP
TEL 11 3048 9900 | FAX 11 3048 9888

WWW.SLW.COM.BR

SAC: 3048 9905

Ouvidoria SLW: 0800 724 3004



RELATÓRIO ANUAL DO AGENTE FIDUCIÁRIO AOS DEBENTURISTAS DA 2ª EMISSÃO DE DEBÊNTURES SIMPLES DA DUKE ENERGY INTERNATIONAL, GERAÇÃO PARAPANEMA. S.A. - COMPANHIA ABERTA – CNPJ: 02.998.301/0001-81

Em cumprimento ao disposto do artigo 68, parágrafo 1º, letra B, da Lei 6.404 de 15 de dezembro de 1976, item XVII do artigo 12 da instrução CVM nº 28, de 23 de novembro de 1983, submetemos à apreciação de V.Sas. o presente Relatório Anual da **DUKE ENERGY INTERNATIONAL, GERAÇÃO PARAPANEMA.S.A.**, referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2012, onde destacamos os aspectos relevantes de interesse dos Senhores Debenturistas.

1 – DAS DEBÊNTURES:

A. DA AUTORIZAÇÃO.

1.1 Deliberada pela reunião da diretoria da Companhia realizada em 11 de junho de 2010 ("RD"); (ii) nas deliberações da reunião do conselho de administração da Companhia realizada em 16 de junho de 2010 ("RCA"); (iii) nas deliberações da reunião do Conselho Fiscal da Companhia realizada em 24 de junho de 2010; (iv) no parecer favorável do Conselho Fiscal da Companhia datado de 24 de junho de 2010; e (v) nas deliberações da assembleia geral extraordinária dos acionistas da Companhia realizada em 5 de julho de 2010 ("AGE"). A ata (i) da RD foi arquivada na Junta Comercial do Estado de São Paulo ("JUCESP") em 25 de junho de 2010 e publicada no Diário Oficial do Estado de São Paulo ("DOESP") e no jornal "Valor Econômico" em 1º de julho de 2010; (ii) da RCA foi arquivada na JUCESP em 25 de junho de 2010 e publicada no DOESP e no jornal "Valor Econômico" em 1º de julho de 2010; e (iii) da AGE foi arquivada na JUCESP e publicada no DOESP e no jornal "Valor Econômico" em 16 de julho de 2010, nos termos do artigo 62, inciso I, da Lei n.º 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei das Sociedades por Ações");

B. CARACTERÍSTICAS.

PRINCIPAIS CARACTERÍSTICAS (GEP12)	
Valor Nominal Unitário:	R\$ 1.000.000,00
Valor da Operação:	500 Milhões
Quantidade:	500
Emissão:	16/7/2010
Vencimento:	16/7/2015
Classe:	Não Conversível
Forma:	Escritural
Garantia/Espécie:	Quirografária
Remuneração	IGPM + 8,59% a.a.
Banco Mandatário:	BANCO CITIBANK S/A
Instituição Depositária:	BANCO CITIBANK S/A



Coordenador Líder:	BANCO SANTANDER S/A
Registro CVM:	DISPENSA ICVM 476/09
ISIN:	BRGEPADBS046

C. POSIÇÃO DE CUSTODIA:

POSIÇÃO DE MERCADO	
DEBÊNTURES EMITIDAS	500
DEBÊNTURES TESOUREIRA	-
DEBÊNTURES CIRCULAÇÃO	500
DEBÊNTURES RESGATADAS	-
DEBÊNTURES CANCELADAS	-

D. ALTERAÇÕES NAS CONDIÇÕES DA EMISSÃO:

A presente emissão não teve alterações escriturais.

E. PAGAMENTOS:

Eventos Realizados e Próximos Eventos.

EVENTOS					
DATA DO EVENTO	DATA DO PAGAMENTO	EVENTO	TAXA	LIQUIDAÇÃO	STATUS
16/07/11	18/07/11	JUROS	IGPM + 8,59% a.a.	D0	ADIMPLIDO
16/07/12	16/07/12	JUROS	IGPM + 8,59% a.a.	D0	ADIMPLIDO
16/07/13	16/07/13	JUROS	IGPM + 8,59% a.a.	D0	-
16/07/13	16/07/13	AMORTIZAÇÃO	33,3333% do VNA	D0	-
16/07/14	16/07/14	JUROS	IGPM + 8,59% a.a.	D0	-
16/07/14	16/07/14	AMORTIZAÇÃO	33,3333% do VNA	D0	-
16/07/15	16/07/15	VENCIMENTO		D0	-

F. CONDIÇÕES DE VENCIMENTO ANTECIPADO:

- inadimplemento, pela Companhia, de qualquer obrigação não pecuniária prevista nesta Escritura de Emissão, não sanada no prazo de 30 (trinta) dias contados da data de comunicação do referido descumprimento (a) pela Companhia ao Agente Fiduciário, ou (b) pelo Agente Fiduciário à Companhia, conforme o caso, dos dois o que ocorrer primeiro, sendo que o prazo previsto



neste inciso não se aplica às obrigações para as quais tenha sido estipulado prazo de cura específico;

- inadimplemento, pela Companhia, de qualquer obrigação pecuniária relativa às Debêntures e/ou a esta Escritura de Emissão na respectiva data de pagamento prevista nesta Escritura de Emissão, não sanado no prazo de até 2 (dois) dias úteis contado da data do respectivo vencimento;
- inadimplemento, pela Companhia, não sanado no prazo previsto no respectivo contrato ou, nos demais casos, no prazo de até 5 (cinco) dias úteis contados da data estipulada para pagamento, ou vencimento antecipado de qualquer dívida da Companhia, cujo valor, individual ou agregado, seja igual ou superior a R\$30.000.000,00 (trinta milhões de reais), atualizado mensalmente, a partir da Data de Emissão, pela variação positiva do IGPM (ou seu equivalente em outras moedas);
- protesto de títulos contra a Companhia, cujo valor, unitário ou agregado, seja igual ou superior a R\$30.000.000,00 (trinta milhões de reais), atualizado mensalmente, a partir da Data de Emissão, pela variação positiva do IGPM (ou seu equivalente em outras moedas), exceto se, no prazo de até 5 (cinco) dias úteis contados da data do protesto, tiver sido comprovado ao Agente Fiduciário que (a) o protesto foi cancelado ou suspenso; ou (b) o valor do(s) título(s) protestado(s) foi depositado em juízo em dinheiro ou por meio de fiança bancária ou de seguro garantia contratado com instituição financeira de primeira linha;
- sequestro, arresto ou penhora de ativos da Companhia, cujo valor, individual ou agregado, seja igual ou superior a R\$50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais), atualizado mensalmente, a partir da Data de Emissão, pela variação positiva do IGPM (ou seu equivalente em outras moedas), exceto se tal sequestro, arresto ou penhora for sanado no prazo de até 45 (quarenta e cinco) dias contados da data de sua ocorrência;
- transferência de controle acionário direto ou indireto da Companhia, desde que, após tal transferência, a Moody's ou a Standard & Poor's, ou na falta destas, a Fitch, rebaixar, por motivos diretamente ligados à transferência do controle acionário, a classificação de risco da Companhia em dois níveis em relação à classificação de risco da Companhia vigente na Data de Emissão;
- cisão, fusão, incorporação ou qualquer forma de reorganização societária envolvendo a Companhia, exceto se (a) a operação tiver sido previamente aprovada por Debenturistas representando, no mínimo, 2/3 (dois terços) das Debêntures em circulação; ou (b) tiver sido assegurado aos Debenturistas que o desejarem, durante o prazo mínimo de 6 (seis) meses contados da data de publicação das atas dos atos societários relativos à operação, o resgate das Debêntures de que forem titulares, pelo Valor Nominal ou pelo saldo devedor do Valor Nominal, conforme o caso, atualizado pela Atualização Monetária, acrescido dos Juros, calculados *pro rata temporis*, desde a Data de Emissão ou a data de pagamento dos Juros imediatamente anterior, conforme o caso, até a



data do efetivo pagamento; ou (c) a operação for uma incorporação, pela Companhia, de uma sociedade controlada (de modo que a Companhia seja a incorporadora);

- (a) decretação de falência da Companhia; (b) pedido de autofalência formulado pela Companhia; (c) pedido de falência da Companhia, formulado por terceiros não elidido no prazo legal; (d) pedido de recuperação judicial ou de recuperação extrajudicial da Companhia, independentemente do deferimento do respectivo pedido; ou (e) liquidação, dissolução ou extinção da Companhia, exceto se a liquidação, dissolução e/ou extinção decorrer de uma operação societária que não constitua um Evento de Inadimplemento;
- transformação da forma societária da Companhia de sociedade por ações para sociedade limitada, nos termos dos artigos 220 a 222 da Lei das Sociedades por Ações;
- alteração do objeto social da Companhia, conforme disposto em seu estatuto social, que altere substancialmente as atividades atualmente praticadas e exclusivamente relacionadas, direta ou indiretamente, à atividade fim de geração de energia elétrica, ressalvadas as hipóteses de alteração da fonte de geração;
- término antecipado ou intervenção, por qualquer motivo, de quaisquer dos contratos de concessão, concedidos à Companhia pelo Poder Concedente, relativo ao serviço público de geração de energia elétrica;
- comprovação de que qualquer das declarações prestadas na Cláusula 10.1 e/ou no Contrato de Distribuição é falsa, incorreta ou enganosa em qualquer aspecto relevante, não sanado no prazo de até 30 (trinta) dias contados da data de comunicação da referida comprovação (a) pela Companhia ao Agente Fiduciário, ou (b) pelo Agente Fiduciário à Companhia, conforme o caso, dos dois o que ocorrer primeiro;
- redução de capital social da Companhia, exceto (a) pela redução do capital social da Companhia no valor de até R\$360.000.000,00 (trezentos e sessenta milhões de reais), nos termos do aviso de fato relevante publicado em 14 de maio de 2010, desde já aprovada pelos Debenturistas; (b) por redução de capital social para absorver prejuízo; ou (c) se previamente aprovada por Debenturistas representando, no mínimo, a maioria das Debêntures em circulação, conforme disposto no artigo 174, parágrafo 3º, da Lei das Sociedades por Ações;
- caso a Companhia esteja em mora com qualquer de suas obrigações estabelecidas nesta Escritura de Emissão, qualquer distribuição de dividendos, pagamento de juros sobre o capital próprio ou realização de quaisquer outros pagamentos a seus acionistas, ressalvado, entretanto, o pagamento do dividendo mínimo obrigatório previsto no artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações ou no estatuto social da Companhia em vigor na Data de Emissão, dos dois o que for menor; ou



- não observância, pela Companhia, dos limites do índice financeiro Dívida Líquida/EBITDA, que não poderá ser superior a 3,20 (três inteiros e vinte centésimos), e do índice financeiro EBITDA/Resultado Financeiro, que não poderá ser inferior a 2,0 (dois inteiros) (em conjunto, "Índices Financeiros"), a serem apurados ao final de cada trimestre fiscal a partir da Data de Emissão e verificados pelo Agente Fiduciário, no prazo de até 5 (cinco) dias úteis contados da data de divulgação à CVM das respectivas demonstrações financeiras da Companhia, sendo que, para fins do disposto neste inciso, serão consideradas as demonstrações financeiras consolidadas da Companhia, revisadas ou auditadas, conforme o caso, por auditor independente, e as seguintes definições:

"Dívida Líquida" significa, em bases consolidadas, o somatório dos saldos das dívidas da Companhia, incluindo dívidas da Companhia perante a ELETROBRÁS e dívidas da Companhia perante pessoas físicas e/ou jurídicas, tais como mútuos, empréstimos e financiamentos com terceiros, emissão de títulos de renda fixa, conversíveis ou não, nos mercados local e/ou internacional, e obrigações referentes a parcelamento de tributos e/ou taxas; menos as disponibilidades em caixa e aplicações financeiras;

"EBITDA": significa, em bases consolidadas, o lucro da Companhia antes de juros, tributos, amortização e depreciação ao longo dos últimos 4 (quatro) trimestres fiscais; e

"Resultado Financeiro": significa, em bases consolidadas, a diferença entre Receitas Financeiras e Despesas Financeiras da Companhia ao longo dos últimos 4 (quatro) trimestres fiscais, das quais deverão ser excluídos, para efeito da apuração dos compromissos financeiros, os juros sobre capital próprio, sendo que o Resultado Financeiro será apurado em módulo, se for negativo e, se for positivo, será considerado 1 (um).

G. APLICAÇÃO DOS RECURSOS CAPTADOS COM A EMISSÃO.

Os recursos líquidos obtidos pela Companhia por meio da Emissão de Debêntures serão integralmente utilizados para o pagamento de dívidas da Companhia, que contempla (i) o pagamento da primeira amortização da série 1ª da primeira emissão de Debêntures da Companhia, emitidas em 15 de setembro de 2008; e (ii) a quitação total do saldo devedor da dívida da Companhia nos termos do "Instrumento Particular de Assunção Parcial de Dívida" celebrado em 19 de julho de 1999 entre a Companhia e Centrais Elétricas Brasileiras S.A. – ELETROBRÁS ("ELETROBRÁS").



Data	Evento	Valor (M)
16/07/2010	Emissão	R\$ 500.000,00
21/07/2010	Liquidação Financeira	R\$ 501.096,47
	Total	R\$ 501.096,47

Data	Evento	Valor (M)
21/07/2010	Quitação total dívida Eletrobrás	R\$ 440.947,82
30/07/2010	Quitação total dívida Eletrobrás	R\$ 461,12
14/09/2010	Amortização 1ª Parc Debenture 1ª Emissão - Série 1	R\$ 62.440,00
	Total	R\$ 503.848,94

H. LIMITES FINANCEIROS.

Dos Covenants Financeiros:

Exercício 2012

- Dívida Líquida: 780.611
- EBITDA: 767.991
- Dívida Líquida/EBITDA = 1,02
- Adimplido.
- EBITDA: 767.911
- Resultado Financeiro: (103.419)
- EBITDA/Resultado Financeiro: 7,43
- Adimplido.
- O índice obtido da divisão da Dívida Líquida pelo EBITDA deverá ser igual ou inferior a 3,20.
- O índice obtido da divisão entre EBITDA pelo Resultado Financeiro deverá ser igual ou superior a 2,00.

Conforme definido abaixo:

“Dívida Líquida” significa, em bases consolidadas, o somatório dos saldos das dívidas da Companhia, incluindo dívidas da Companhia perante a ELETROBRÁS e dívidas da Companhia perante pessoas físicas e/ou jurídicas, tais como mútuos, empréstimos e financiamentos com terceiros, emissão de títulos de renda fixa, conversíveis ou não, nos mercados local e/ou internacional, e obrigações referentes a parcelamento de tributos e/ou taxas; menos as disponibilidades em caixa e aplicações financeiras.

“O EBITDA”: significa, em bases consolidadas, o lucro da Companhia antes de juros, tributos, amortização e depreciação ao longo dos últimos 4 (quatro) trimestres fiscais.



"Resultado Financeiro": significa, em bases consolidadas, a diferença entre Receitas Financeiras e Despesas Financeiras da Companhia ao longo dos últimos 4 (quatro) trimestres fiscais, das quais deverão ser excluídos, para efeito da apuração dos compromissos financeiros, os juros sobre capital próprio, sendo que o Resultado Financeiro será apurado em módulo, se for negativo e, se for positivo, será considerado 1 (um).

A Emissora no exercício de 2012 atendeu regularmente e dentro dos prazos previstos, todas as obrigações pactuadas na Escritura de Emissão.

2- DA EMPRESA

A. CONTEXTO OPERACIONAL

A Duke Energy Internacional, Geração Paranapanema S.A. é uma sociedade por ações de capital aberto que atua na geração e comercialização de energia elétrica. Subsidiária e principal investimento internacional da Duke Energy Corp – uma das maiores companhias energéticas dos Estados Unidos –, administra oito usinas hidrelétricas instaladas no Rio Paranapanema, no Estado de São Paulo. A capacidade instalada é de 2.241 MW, segundo a Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel). Mantém sede administrativa na capital paulista e emprega cerca de 311 colaboradores.

Opera suas usinas a partir de dois contratos de concessão. O primeiro, que abrange as unidades Jurumirim, Chavantes, Salto Grande, Capivara, Taquaruçu e Rosana, tem prazo de 30 anos, a ser encerrado em 2029. Para duas usinas operadas em sistema de consórcio com a Companhia Brasileira de Alumínio (CBA) – Canoas I e Canoas II –, o prazo é de 35 anos, a se encerrar em 2033. Nesse sistema compartilhado, cabe à companhia 49,7% da energia gerada. Com privilegiada localização, os reservatórios da companhia representam cerca de 6% do armazenamento de água das Regiões Sudeste e Centro-Oeste.

Em 2012, produziu 12.469,88 GWh e contabilizou receita operacional bruta de R\$ 1,2 bilhão e lucro líquido de R\$ 324,6 milhões, o que representa crescimentos de 14,6% e 15,4%, respectivamente, na comparação com 2011. O Ebtida registrado no período foi de R\$ 768,0 milhões e a margem Ebtida, de 69,6%.

A emissão dessas demonstrações financeiras foi autorizada pelo Conselho de Administração da Companhia em 18 de março de 2013.

Mais informações no relatório anual de 2012 da Companhia.



Composição Acionária

Acionistas	AÇÕES					
	ORDINÁRIAS		PREFERENCIAIS		TOTAL	
	QTDE	%	QTDE	%	QTDE	%
Duke Energy International, Brasil Ltda	31.180.722	99,06	57.849.548	91,89	89.030.270	94,28
Duke Energy International, Brazil Holdings	0	0,00	735.023	1,17	735.023	0,78
Companhia do Metropolitano de S.Paulo	0	0,00	1.323.627	2,10	1.323.627	1,40
Outros	297.039	0,94	3.047.324	4,84	3.344.363	3,54
Total	31.477.761	100	62.955.522	100	94.433.283	100

RESUMO DAS PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras estão definidas abaixo. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente em todos os exercícios apresentados, salvo disposição em contrário.

Base de preparação

As demonstrações financeiras foram preparadas e estão sendo apresentadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos, orientações e interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC") e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade ("CFC") e pela Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") e de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro, o International Financial Reporting Standards ("IFRS") emitidas pelo International Accounting Standards Board ("IASB").

Não há novos pronunciamentos ou interpretações de CPC/IFRS vigendo a partir de 2012 que poderiam ter um impacto significativo nas demonstrações financeiras da Companhia.

As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor e ajustadas para refletir o "custo atribuído" de barragens, edificações, máquinas, móveis e veículos na data de convergência para IFRS, e determinados ativos financeiros compreendendo ativos e passivos financeiros mensurados ao valor justo contra o resultado do exercício.

A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da Administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis da Companhia. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras individuais, estão divulgadas na Nota 3 das Notas Explicativas das Demonstrações Financeiras do exercício de 31 de dezembro de 2012.



B. EVENTOS SOCIETÁRIOS – AGE's, AGO's, RCA's e Fatos Relevantes

(solicite ao Agente Fiduciário os Eventos Societários na íntegra)

11/04/2012 – RCA

ORDEM DO DIA: (i) Tomar conhecimento do pagamento da Participação nos Lucros e Resultados (“PLR”), para os empregados, de acordo com os resultados de serviços obtidos pela Companhia no ano de 2011 e nos termos do Acordo Coletivo vigente; (ii) tomar conhecimento do resultado da eleição do membro representante dos empregados da Companhia que integrará o Conselho de Administração da Companhia e seu respectivo suplente, realizada no dia 04 de abril de 2012, nos termos da Cláusula 13 do Estatuto Social; e (iii) proceder à convocação de Assembleia Geral Extraordinária de Acionistas, nos termos do inciso IV do Artigo 17 do Estatuto Social da Companhia, para que os Acionistas deliberem sobre: (a) ratificar a eleição do Sr. Gláucio João Agostinho como membro efetivo do Conselho de Administração da Companhia, bem como do Sr. Paulo Nicácio Junior como seu respectivo membro suplente, sendo os dois membros representantes dos empregados no Conselho de Administração da Companhia, nos termos da Cláusula 13 do Estatuto Social, conforme eleição realizada no dia 04 de abril de 2012.

19/04/2012 – AGD

ORDEM DO DIA: (i) deliberar acerca da proposta da Administração da Companhia sobre a redução do capital social da Emissora, objeto do Despacho nº 107 da Superintendência de Fiscalização Econômica e Financeira (“SFF”) da Agência Nacional de Energia Elétrica (“ANEEL”), de 13 de janeiro de 2012, atualmente considerado excessivo, de R\$1.639.137.503,80 para R\$1.339.137.503, com uma redução efetiva no valor de R\$300.000.000,00, em moeda corrente nacional, sem o cancelamento de quaisquer ações ordinárias ou preferenciais representativas do capital social da Companhia, mantendo-se, ademais, inalterado o percentual de participação dos acionistas no capital social da Companhia (“Redução de Capital”), tendo em vista o disposto na Cláusula 6.25, item XIII, do Instrumento Particular de Escritura de Emissão Pública de Debêntures Quirografárias e Não Conversíveis em Ações da Segunda Emissão da Companhia (“Escritura de Emissão da 2ª Emissão”) e o disposto no § 3º do Art. 174, da Lei 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada (“Lei das S.A.”), com a conseqüente alteração do Artigo 4º do Estatuto Social da Companhia.

25/04/2012 – RCA

ORDEM DO DIA: (i) exame e discussão da proposta apresentada pelos Debenturistas da Companhia durante os trabalhos da Assembleia Geral de Debenturistas da 1ª Emissão da Companhia e na Assembleia Geral de Debenturistas da 2ª Emissão da Companhia, realizadas em 19.4.2012, sobre o pagamento, pela Companhia, de um prêmio de 0,13% (treze centésimos percentuais) sobre o saldo devedor unitário de cada Debênture atualizado na data do pagamento, para aprovação pelos Debenturistas da 1ª Emissão e 2ª Emissão da pretendida redução de capital, aprovada pela Diretoria e Conselho de Administração da Companhia, na 196ª Reunião de Diretoria e 112ª Reunião do Conselho de Administração, realizadas no dia 14.2.2012, com parecer favorável do Conselho Fiscal, emitido na 49ª Reunião do Conselho Fiscal, realizada no dia 16.2.2012; e (ii) caso a matéria constante do item (i) da Ordem do Dia seja aprovada e após opinião do Conselho Fiscal sobre o assunto, proceder à convocação de Assembleia Geral Extraordinária de Acionistas, nos termos do inciso IV do Artigo 17 do Estatuto Social da Companhia, para apreciar e votar a proposta da Administração da Companhia versando sobre pretendida redução do capital social, objeto do Despacho nº 107 da Superintendência de Fiscalização Econômica e Financeira (“SFF”) da Agência Nacional de Energia Elétrica (“ANEEL”), de 13.1.2012, atualmente considerado excessivo, de



R\$1.639.137.503,80 para R\$1.339.137.503,80, com uma redução efetiva no valor de R\$300.000.000,00, em moeda corrente nacional, sem o cancelamento de quaisquer ações ordinárias ou preferenciais representativas do capital social da Companhia, mantendo-se, ademais, inalterado o percentual de participação dos acionistas no capital social da Companhia, com a consequente alteração do Artigo 4º do Estatuto Social da Companhia.

27/04/2012 – AGE

Ordem do Dia: (i) ratificar a eleição do Sr. Gláucio João Agostinho como membro efetivo do Conselho de Administração da Companhia, bem como do Sr. Paulo Nicácio Junior como seu respectivo membro suplente, sendo os dois membros representantes dos empregados no Conselho de Administração da Companhia, nos termos da Cláusula 13 do Estatuto Social, conforme eleição realizada no dia 04 de abril de 2012.

21/05/2012 – AGE

ORDEM DO DIA: (i) apreciar e votar a proposta da Administração da Companhia versando sobre pretendida redução do capital social, objeto do Despacho nº 107 da Superintendência de Fiscalização Econômica e Financeira (“SFF”) da Agência Nacional de Energia Elétrica (“ANEEL”), de 13 de janeiro de 2012, atualmente considerado excessivo, de R\$1.639.137.503,80 para R\$1.339.137.503,80, com uma redução efetiva no valor de R\$300.000.000,00, em moeda corrente nacional, sem o cancelamento de quaisquer ações ordinárias ou preferenciais representativas do capital social da Companhia, mantendo-se, ademais, inalterado o percentual de participação dos acionistas no capital social da Companhia, com a consequente alteração do Artigo 4º do Estatuto Social da Companhia.

24/07/2012 – RCA

ORDEM DO DIA: (i) tomar conhecimento e apreciar a assinatura do Acordo Coletivo da Companhia para o biênio 2012/2014 junto aos Sindicatos competentes; e (ii) tomar conhecimento da renúncia apresentada pela Sra. Ana Amélia de Conti Gomes, reeleita na Assembleia Geral Ordinária, realizada no dia 27 de abril de 2012.

10/08/2012 – RCA

ORDEM DO DIA: (i) exame, discussão e aprovação das demonstrações financeiras da Companhia relativas ao primeiro semestre de 2012; e (ii) deliberação sobre a proposta da Diretoria relativa à distribuição de dividendos intermediários pela Companhia aos acionistas, com base em referidas demonstrações, nos termos dos §1º e §2º do artigo 28 do Estatuto Social da Companhia.

10/10/2012 – RCA

ORDEM DO DIA: (i) apreciar a proposta encaminhada pela Diretoria de alteração do orçamento da Companhia para o ano de 2012, o qual foi devidamente aprovado por meio da 113ª Reunião do Conselho de Administração, realizada em 20 de março de 2012, e alterado por meio da 120ª Reunião do Conselho de Administração, realizada no dia 3 de julho de 2012; (ii) apreciar os termos das alterações da política interna da Companhia denominada “Política de Pagamentos e Reembolso de Despesas”; e (iii) proceder à convocação de Assembleia Geral Extraordinária de Acionistas, nos termos do inciso IV do Artigo 17 do Estatuto Social da Companhia, para deliberar, nos termos dos §1º e §2º do artigo 28 do Estatuto Social da Companhia, acerca da distribuição de dividendos intermediários baseados nos resultados apurados nas demonstrações financeiras da Companhia relativas ao primeiro semestre de 2012, observada a proposta da administração aprovada na 120ª Reunião do Conselho de Administração, realizada em 10.08.2012.

**31/10/2012 – AGE**

ORDEM DO DIA: (i) nos termos dos §1º e §2º do artigo 28 do Estatuto Social da Companhia, deliberar acerca da distribuição de dividendos intermediários baseados nos resultados apurados nas demonstrações financeiras da Companhia relativas ao primeiro semestre de 2012, observada a proposta da administração aprovada na 122ª Reunião do Conselho de Administração, realizada em 10.08.2012.

06/11/2012 – RCA

ORDEM DO DIA: (i) apreciar os termos das alterações da política interna da Companhia denominada “Política de Pagamentos e Reembolso de Despesas”; (ii) tomar conhecimento da performance financeira da Companhia no terceiro trimestre de 2012; e (iii) deliberação sobre a proposta da Diretoria relativa à distribuição de dividendos intermediários pela Companhia aos acionistas, com base em referidas demonstrações, nos termos dos §1º e §2º do artigo 28 do Estatuto Social da Companhia.

14/11/2012 – RCA

ORDEM DO DIA: (i) tomar conhecimento e ratificar a aprovação da venda do veículo automotivo aos e Diretor Presidente da Companhia, tendo em vista a alteração de seu valor de venda discriminado na ata da 120ª Reunião do Conselho de Administração, de acordo com a Política Interna denominada “Veículos Designados” da Companhia.

21/12/2012 – AGE

ORDEM DO DIA: (i) apreciar e votar a proposta da Administração da Companhia versando sobre o pagamento de juros sobre o capital próprio aos Acionistas da Companhia, correspondente ao montante total de R\$86.689.753,79, imputáveis aos dividendos mínimos obrigatórios a serem pagos pela Companhia relativos ao exercício social a se encerrar em 31 de dezembro de 2012, atendendo os limites fiscais, nos termos do artigo 9º da Lei nº 9.249/95, conforme alterada; e (ii) apreciar e votar a proposta da Administração da Companhia versando sobre a assinatura do Contrato de Desenvolvimento de Projetos, tendo como contraparte empresa do mesmo grupo econômico da Companhia, Duke Energy International, Brasil Ltda., nos termos da legislação aplicável.



3 - DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E 2011							
(Em milhares de reais)							
ATIVO	Nota	2012	2011	PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Nota	2012	2011
Circulante				Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	6	169.552	210.371	Fornecedores	12	49.796	20.739
Clientes	7	116.369	111.710	Salários e encargos sociais		13.638	9.254
Tributos a recuperar	8	22.735	22.223	Debêntures	14	346.139	90.156
Serviços em curso		8.414	5.203	Tributos a recolher	8	22.200	23.077
Despesas antecipadas		363	343	Dividendos e juros sobre capital próprio	20.4	158.926	183.119
Devedores diversos		64	259	Obrigações estimadas		5.901	5.118
Partes relacionadas	13.1	391	847	Cibacap	15	2.278	3.521
Outros ativos		97	137	Encargos setoriais	19	24.209	16.211
		<u>317.985</u>	<u>351.093</u>	Outros passivos		298	203
Não circulante						<u>623.385</u>	<u>351.398</u>
Realizável a longo prazo				Não circulante			
Tributos a recuperar	8	318	398	Debêntures	14	604.024	721.094
Depósitos judiciais	9	11.998	10.897	Receitas diferidas		5.310	-
Fundos vinculados		475	420	Obrigações especiais	18	6.915	7.047
Despesas antecipadas		4.123	4.426	Provisões para riscos fiscais, trabalhistas e ambientais	17	17.804	18.239
		<u>16.914</u>	<u>16.141</u>	Cibacap	15	7.368	8.432
Investimentos		26	26	Imposto de renda e contribuição social diferidos	8	431.762	465.078
Imobilizado	10	3.804.779	4.005.482	Tarifa de uso do sistema de distribuição - TUSD-g	12	3.469	-
Intangível	11	34.667	37.726	Encargos setoriais	19	6.455	13.590
		<u>3.856.386</u>	<u>4.059.375</u>	Outros passivos		325	325
						<u>1.083.432</u>	<u>1.233.805</u>
				Patrimônio líquido			
				Capital social	20.1	1.339.138	1.639.138
				Reservas de capital	20.2	99.432	99.330
				Reservas de lucros	20.3	90.211	71.863
				Ajustes de avaliação patrimonial	20.6	938.773	1.014.934
						<u>2.467.554</u>	<u>2.825.265</u>
Total do ativo		<u>4.174.371</u>	<u>4.410.468</u>	Total do passivo e patrimônio líquido		<u>4.174.371</u>	<u>4.410.468</u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras



DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E 2011
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Nota	2012	2011
Receita líquida	21	1.103.168	958.003
(Despesas)/receitas operacionais			
Pessoal		(66.336)	(54.968)
Material		(3.560)	(3.418)
Serviços de terceiros		(41.883)	(35.784)
Taxa de fiscalização da Aneel		(4.475)	(4.298)
Energia comprada para revenda	23.2	(61.640)	(1.302)
Encargos de uso da rede elétrica	23.3	(83.263)	(77.585)
Compensação financeira pela utilização de recursos hídricos		(59.011)	(53.237)
Depreciação e amortização	10.b e 11.b	(222.849)	(230.740)
Provisão para riscos fiscais, trabalhistas e ambientais		(1.612)	(11.045)
Provisão para crédito de liquidação duvidosa		5.127	(3.003)
Aluguéis		(3.525)	(3.235)
Seguros		(3.686)	(2.575)
Outras		(11.313)	(10.974)
	22	<u>(558.026)</u>	<u>(492.164)</u>
Lucro operacional		545.142	465.839
Resultado financeiro			
Receitas		42.248	39.515
Despesas		(145.667)	(132.083)
	24	<u>(103.419)</u>	<u>(92.568)</u>
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		441.723	373.271
Imposto de renda e contribuição social			
Corrente		(147.821)	(125.851)
Diferido		30.746	33.841
	8.3	<u>(117.075)</u>	<u>(92.010)</u>
Lucro líquido do exercício		<u>324.648</u>	<u>281.261</u>
Lucro por ação de operações continuadas (em R\$ por ação)			
Básico/diluído por ação PN	25	3,43786	2,97838
Básico/diluído por ação ON	25	3,43786	2,97849

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras

Obs.: Recomendamos a leitura dos Demonstrativos Financeiros da Companhia, Notas Explicativas e Relatório dos Auditores Independentes. Informações complementares poderão ser obtidas através do site www.duke-energy.com.br



A. RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores acionistas e debenturistas,

A Administração da Duke Energy International, Geração Paranapanema S.A. tem a satisfação de apresentar este Relatório Anual da Administração e as Demonstrações Financeiras relativas ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2012, que são acompanhadas dos relatórios dos auditores independentes e parecer do Conselho Fiscal.

MENSAGEM DO PRESIDENTE

Sinergia, essa é a energia que nos move.

O ano de 2012 foi desafiador para o Brasil em termos de crescimento econômico, com baixa evolução do Produto Interno Bruto. Ainda assim, a demanda por energia elétrica manteve expansão de 3,5%, em linha com os anos anteriores, impulsionada especialmente pelos segmentos de comércio e serviços (+7,9%) e residencial (+5,0%), segundo dados da Empresa de Pesquisa Energética (EPE).

Foi ainda um ano de muitas expectativas para o setor elétrico. Primeiro, pela espera de definições de como seria o processo de renovação das concessões que estavam entrando em período de vencimento, especialmente em geração de energia. A expectativa continuou posteriormente, quando as medidas foram anunciadas e regulamentadas pela Medida Provisória 579, na busca pelo entendimento do impacto que essas mudanças trariam para o setor.

Para a Duke Energy, 2012 foi um ano de consolidação de diversas iniciativas implementadas ao longo dos dois anos anteriores. Isso permitiu mantermos um desempenho consistente e sem surpresas. Entre os destaques estão a superação de metas de investimentos em pesquisa e desenvolvimento e a manutenção, pelo sexto ano consecutivo, no ranking das melhores empresas para trabalhar no Brasil, da Great Place to Work e revista Época. Ficamos entre as 20 melhores do Brasil, posição que é motivo de orgulho e reflete nossas práticas que privilegiam desenvolvimento profissional e qualidade de vida.

Também iniciamos em 2012 projetos importantes que terão seus frutos mais adiante. Um deles envolveu a decisão de submeter ao regulador, ANEEL, a reforma dos geradores e das turbinas das máquinas da usina de Chavantes, em linha com nossas políticas de manutenção rigorosa dos ativos e busca de melhorias operacionais. Também evoluímos na concepção de um novo projeto de gestão integrada de risco empresarial, que engloba todas as áreas da empresa.

É um projeto transversal, desenvolvido como linha de pesquisa e desenvolvimento, levando em conta as especificidades do setor elétrico brasileiro.

Como parte do nosso compromisso com as comunidades, instituímos o Prêmio Duke Energy – Energia da Inovação, com a seleção de três projetos elaborados por universidades que buscam desenvolver iniciativas de sustentabilidade e melhoria da qualidade de vida em municípios banhados pelo baixo e médio Paranapanema.

Este ano de sucesso reflete a dedicação e a capacidade profissional dos nossos empregados. Essa condição permite atendermos com qualidade nossos clientes, como uma empresa parceira,



confiável e com processos bem-definidos. Reflete o valor de uma equipe excepcional, comprometida com a melhoria contínua do nosso desempenho, fator-chave para nossa estabilidade operacional e consistência de resultado.

Armando de Azevedo Henriques
Presidente

PERFIL

A Duke Energy Internacional, Geração Paranapanema S.A. é uma sociedade por ações de capital aberto que atua na geração e comercialização de energia elétrica. Subsidiária e principal investimento internacional da Duke Energy Corp - uma das maiores companhias energéticas dos Estados Unidos -, administra oito usinas hidrelétricas instaladas no Rio Paranapanema, no Estado de São Paulo. A capacidade instalada é de 2.241 MW, segundo a Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel). Mantém sede administrativa na capital paulista e emprega cerca de 311 colaboradores.

Opera suas usinas a partir de dois contratos de concessão. O primeiro, que abrange as unidades Jurumirim, Chavantes, Salto Grande, Capivara, Taquaruçu e Rosana, tem prazo de 30 anos, a ser encerrado em 2029. Para duas usinas operadas em sistema de consórcio com a Companhia Brasileira de Alumínio (CBA) - Canoas I e Canoas II -, o prazo é de 35 anos, a se encerrar em 2033. Nesse sistema compartilhado, cabe à companhia 49,7% da energia gerada. Com privilegiada localização, os reservatórios da companhia representam cerca de 6% do armazenamento de água das Regiões Sudeste e Centro-Oeste.

Em 2012, produziu 12.469,88 GWh e contabilizou receita operacional bruta de R\$ 1,2 bilhão e lucro líquido de R\$ 324,6 milhões, o que representa crescimentos de 14,6% e 15,4%, respectivamente, na comparação com 2011. O Ebtida registrado no período foi de R\$ 768,0 milhões e a margem Ebtida, de 69,6%.

Reconhecimentos

Entre os prêmios e reconhecimento recebidos em 2012 pela Duke Energy Brasil destacam-se:

Marca de 5 Milhões de Horas sem Acidentes - Prêmio concedido pela Duke Energy Internacional a cada marco de milhão de horas trabalhadas sem acidentes do trabalho com afastamento. Em julho, a Duke Energy Brasil recebeu o reconhecimento pelo alcance de 5 milhões de horas.

Great Place to Work - Em sua sexta participação, a Duke Energy ficou pela quarta vez entre as 20 melhores empresas para se trabalhar no País, sendo a única geradora de energia a figurar no ranking do Instituto Great Place to Work e revista Época.

A companhia ocupou a 16ª posição na pesquisa que avalia a percepção dos funcionários, o clima organizacional e as políticas de Recursos Humanos que privilegiam qualidade de vida, remuneração e benefícios competitivos em relação ao mercado, e a possibilidade de



desenvolvimento profissional. Segundo o Instituto, a companhia está também entre as 50 melhores empresas para se trabalhar na América Latina.

50 Melhores Empresas Psicologicamente Saudáveis - No ranking promovido pela revista Gestão e RH, a Duke Energy foi destacada na categoria Vida e Trabalho como uma das empresas que se diferenciam por proporcionar bom nível de qualidade de vida aos empregados.

Regularização Ambiental do Parque Gerador - Com a obtenção da Licença de Operação da UHE Jurumirim, em 2012, a Duke Energy passou a deter 100% de seu parque gerador regularizado em processos de licenciamento ambiental reconhecidos pelo órgão ambiental responsável. A empresa é considerada referência na regularização de empreendimentos hidrelétricos implantados antes de 1986, quando entraram em vigor, no Brasil, leis e regulamentações de licenciamento ambiental.

Prêmio Benchmarking Ambiental - Pela sexta vez consecutiva, a companhia foi classificada entre os finalistas do prêmio que reconhece as melhores iniciativas de gestão socioambiental no Brasil, concorrendo com o projeto Interação Peixamento e Educação Ambiental. Além disso, foi classificada na sexta posição do ranking das empresas mais sustentáveis da década.

Rating

Em 2012, as agências de classificação de risco Standard & Poor's e Moody's reafirmaram os ratings da Duke Energy como investment grade (grau de investimento), com base na solidez da estrutura de capital e das métricas de crédito, no baixo nível de endividamento e na estabilidade da geração de caixa.

	Agência Rating	Perspectiva
Data Ref.		
Rating de Crédito Corporativo		
Escala Global		
28/12/2012	Standard & Poor's	BBB- Estável
06/12/2012	Moody's	Baa3 Estável
Escala Nacional		
28/12/2012	Standard & Poor's	brAAA Estável
06/12/2012	Moody's	Aa1.br Estável
Rating de Emissão (Nacional)		
1ª Emissão de Debêntures		
28/12/2012	Standard & Poor's	brAAA Estável
06/12/2012	Moody's	Aa1.br Estável
2ª Emissão de Debêntures		
06/12/2012	Moody's	Aa1.br Estável



Principais indicadores (Em milhares de reais)

	2011	2012	% Variação
Indicadores econômicos			
Receita operacional bruta	1.063.556	1.218.901	14,6
(-) Deduções à receita operacional	(105.553)	(115.733)	9,6
Receita operacional líquida	958.003	1.103.168	15,2
(-) Despesas operacionais	(492.164)	(558.026)	13,4
Resultado do serviço	465.839	545.142	17,0
Ebitda	696.579	767.991	10,3
<i>Margem Ebitda - %</i>	<i>72,7%</i>	<i>69,6%</i>	-
Resultado financeiro	(92.568)	(103.419)	11,7
Resultado Operacional	373.271	441.723	18,3
Lucro líquido do exercício	281.261	324.648	15,4
<i>Margem líquida - %</i>	<i>29,4%</i>	<i>29,4%</i>	-
Indicadores financeiros			
Ativos totais	4.410.468	4.174.371	-5,4
Dívidas em moeda nacional	811.250	950.163	17,1
Patrimônio líquido	2.825.265	2.467.554	-12,7
Ações			
Ações em circulação (em milhares de ações)	94.433	94.433	
Lucro líquido por lote de mil ações (em reais)	2.978,42	3.437,87	15,4

Lucro líquido

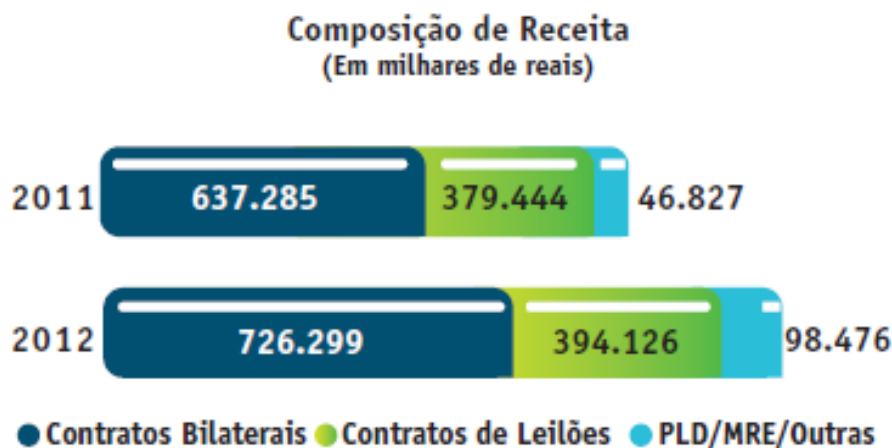
Em 2012, a companhia registrou lucro líquido de R\$ 324,6 milhões, elevação de 15,4% comparativamente a 2011. O principal fator que contribuiu para esse desempenho foi o crescimento da receita operacional, efeito dos melhores preços nos contratos bilaterais, em leilões e no mercado de curto prazo representado pelo Preço de Liquidação de Diferenças (PLD). O aumento da receita foi parcialmente compensado por maiores despesas operacionais pela compra de energia em decorrência de previsão de lastro a descoberto e exposição no mercado de curto prazo.

De acordo com seu Estatuto Social, a companhia destina 100% do lucro líquido ao pagamento de dividendos e juros sobre capital próprio, após constituição da reserva legal.



Receita operacional bruta

A receita operacional bruta em 2012 foi de R\$ 1.218,9 milhões, o que representa crescimento de R\$ 155,3 milhões, ou 14,6%, em relação ao ano anterior, em virtude de melhores preços fixados na comercialização nos contratos bilaterais que representou um aumento de R\$ 89,0 milhões (14,0%). A venda de energia nos contratos de leilões aumentou R\$ 14,7 milhões em relação a 2011, pelo reajuste dos preços. Como efeito do maior volume de geração de energia, a receita nas operações provenientes do MRE cresceu R\$ 8,8 milhões (79,3%). Houve também acréscimo nos preços de energia vendida no mercado de curto prazo, representado pelo Preço de Liquidação de Diferenças (PLD), cuja receita aumentou R\$ 42,9 milhões (120,3%).



Deduções à receita operacional

As deduções à receita operacional aumentaram R\$ 10,2 milhões, ou 9,6%, em relação a 2011. Tal crescimento não acompanhou a variação positiva de 14,6% da receita operacional bruta devido, principalmente, ao fato de parte significativa dessa variação sofrer tributação cumulativa



de PIS e Cofins, além de refletir a diferença de tributação de ICMS para vendas de energia dentro e fora do Estado de São Paulo.

Receita operacional líquida

Como resultado dos fatores citados, a receita operacional líquida aumentou 15,2% na comparação com 2011 e alcançou R\$ 1.103,2 milhões.

B. NOSSA ANÁLISE:

SITUAÇÃO FINANCEIRA

A Liquidez Geral em 2012 sofreu ligeira redução passando para 0,20, contra 0,23 registrados em 2011. A Liquidez Corrente também sofreu uma redução em 2012 passando para 0,50, contra 1,00 em 2011.

ESTRUTURA DE CAPITAIS

Durante o exercício fiscal encerrado em 2012 a alavancagem financeira (dívida bruta x patrimônio líquido) registrou uma ligeira elevação equivalente a 0,38 contra 0,28 em 2011. Cabe salientar que do total do endividamento oneroso, somente 36,00 % e 12,00% estão alocados no curto prazo, em 2012 e 2011 respectivamente. No nosso entender a estrutura de capital é adequada para seu tipo de atividade, com maior parte dos recursos onerosos alocados a longo prazo, uma baixa alavancagem financeira e, por consequência, baixo risco.

RESULTADOS

O Resultado Operacional, em relação a receita líquida, em 2012 passou para 49,41% contra - 48,63% registrados no exercício anterior. O Resultado Líquido basicamente se manteve nos mesmos níveis 29,43% da receita líquida em 2012, contra 29,36% em 2011.

Recomendamos a leitura completa das Demonstrações Contábeis, Relatório da Administração e Parecer dos Auditores Independentes para melhor análise da situação econômica e financeira da Companhia. Maiores informações poderão ser encontradas no site da Companhia: www.duke-energy.com.br

C. PARECER DOS AUDITORES INDEPENDENTES:

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Ao Conselho de Administração e Acionistas da
Duke Energy International, Geração Parapanema S.A.
São Paulo – SP

Examinamos as demonstrações financeiras da Duke Energy International, Geração Parapanema S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de



dezembro de 2012 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa, para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da Administração sobre as demonstrações financeiras

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRSs), emitidas pelo "International Accounting Standards Board - IASB", assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela Administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião sobre as demonstrações financeiras

Em nossa opinião as demonstrações financeiras anteriormente referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Duke Energy International, Geração Paranapanema S.A. em 31 de dezembro de 2012, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as IFRSs emitidas pelo IASB.

Ênfase

Conforme descrito nas notas explicativas nº 2.10. e nº 3.1.2., os bens do imobilizado da atividade de geração de energia no regime de produção independente são depreciados pelo seu prazo



estimado de vida-útil, considerando-se os fatos e as circunstâncias que estão mencionados na referida nota. À medida que novas informações ou decisões do órgão regulador ou do poder concedente sejam conhecidas, o atual prazo de depreciação desses ativos poderá ou não ser alterado. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

Examinamos, também, a demonstração do valor adicionado (DVA), referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2012, preparada sob a responsabilidade da Administração da Companhia, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para companhias abertas, e como informação suplementar pelas IFRSs que não requerem a apresentação da DVA.

Essa demonstração foi submetida aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, está adequadamente apresentada, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Auditoria dos valores correspondentes ao exercício anterior

As informações e os valores correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2011, apresentados para fins de comparação, foram anteriormente auditados por outros auditores independentes, que emitiram relatório datado de 21 de março de 2012, o qual não conteve nenhuma modificação.

São Paulo, 18 de março de 2013.
DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes
CRC nº 2 SP 011609/O-8
Iara Pasian
Contadora – CRC nº 15P121517/0-3

4 - DECLARAÇÃO DO AGENTE FIDUCIÁRIO

A empresa manteve atualizadas as informações junto à CVM e ao Agente Fiduciário, bem como colocou à disposição dos senhores debenturistas interessados, pessoal habilitado a prestar informações adicionais sobre todos os eventos ocorridos na vida da debênture.

Declaramos aptidão para continuar a exercer a função de Agente Fiduciário da emissão, bem como permanecemos ao inteiro dispor dos Senhores Debenturistas em nosso escritório à Rua Dr. Renato Paes de Barros, nº 717 – 6º andar – Itaim Bibi/ São Paulo – SP.

São Paulo, 26 de abril de 2013

**SLW - Corretora de Valores e Câmbio Ltda.
Agente Fiduciário**

SLW CORRETORA DE VALORES E CÂMBIO LTDA.
SLW SÃO PAULO
DR. RENATO PAES DE BARROS 717 | 6º E 10º ANDAR
04530-001 | ITAIM BIBI | SÃO PAULO | SP
TEL 11 3048 9900 | FAX 11 3048 9888

WWW.SLW.COM.BR

SAC: 3048 9905

Ouvidoria SLW: 0800 724 3004